

Sarney chama Quércio para discutir sucessão presidencial

Janio de Freitas

Mais um realizador

A fusão de Getúlio e Juscelino em uma só pessoa, objeto de vagas considerações que o presidente Sarney fazia há tempos, tornou-se agora a sua meta imediata, como uma espécie de Santíssima Trindade que lhe trará a consagração em curto prazo e para todo o sempre.

Juscelino investiu em obras grandiosas sem se importar com efeitos inflacionários — e, apesar da inflação que gerou, ficou como a imagem do presidente realizador. Getúlio investiu em medidas populares de sentido trabalhista, sem se importar com o patronato, nem com efeitos inflacionários — e ficou como a imagem do realizador social, "o pai dos pobres".

Sob esta visão do passado e sob o estímulo do encontro simultâneo com a comovida pobreza sergipana e com o ministro da Fazenda do seu ideal, o presidente faz saber aos íntimos que passará sobre qualquer resistência. Em especial contra as suposições de que, entre os presidentes de sua Santíssima Trindade, de comum poderá ficar apenas o não se importarem com a inflação.

Mais cautela

Qualquer otimismo em relação ao prazo de encerramento da Constituinte é precipitado, quando não induzido por intenções de duvidosa validade.

Antes de sair de São Paulo para Brasília, onde reabrirá a Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães considerou que a nova Constituição estará pronta em fins de março. Ao chegar a Brasília previu, talvez por efeito do voo a jato, que a Constituinte se encerraria em fins de fevereiro. Na terça-feira, sua previsão projetou-se para abril. Tal inconstância tem o resultado pessoal de não comprometer o autor com qualquer prazo, não se sabendo qual dentre tantas era a previsão para valer. E, tem o propósito público de aplacar o aborrecimento geral e o desgosto dos políticos com a lerdeza da Constituinte. É notícia, pois, fabricada pelo que chamam de habilidade, sem que seja, isto propriamente.

Certo é que, na melhor das hipóteses, o plenário começará a votar a Constituinte lá no fim deste mês. E, incerto é o que ocorrerá a partir de

então. Porque, como têm observado integrantes do Centrão mais responsáveis, as dificuldades deste grupo para formular suas propostas de emenda ao projeto de Constituição prenunciavam, já, dificuldades ainda maiores de conciliação quando das votações em plenário. E isto, a ocorrer, levaria a facção mais extremada do Centrão ao uso, outra vez, de todos os possíveis recursos protelatórios.

Há que considerar, ainda, os dez a 15 dias que o Carnaval oferecerá de pretexto para que a maioria dos constituintes vá "sondar as bases". Há o pretexto da Semana Santa. E, sem pretexto, o fato de que grande parte dos constituintes, sobretudo do Centrão, só chega a Brasília nas terças-feiras e de lá sai nas quintas, o que haverá de causar, como sempre, frequentes problemas de falta de número no plenário.

Quem já foi otimista quanto aos benefícios que a Constituinte traria à democratização brasileira, não precisa recolher a mesma frustração ao considerar o prazo.

Em família

A efetivação de Mailson de Nóbrega como ministro da Fazenda só se consumou pelo êxito de vasta operação para abrandar as resistências, algumas muito agudas, que se ergueram em setores influentes de São Paulo e do Rio contra a hipótese da efetivação.

Articuladores principais da operação: o deputado Delfim Neto e Ernane Galvão, tendo este oferecido o seu aval, como garantia do desempenho de Mailson, ao setor que lançava sua força global em favor de Camillo Calazans, presidente do Banco do Brasil. Mailson fez carreira no mesmo Banco do Brasil junto com Galvão, que o escolheu, quando ministro no governo Figueiredo, para secretário-geral da Fazenda.

Pelos primeiros nomes ontem mencionados para os principais cargos da área econômica, o novo ministro estaria tendente a montar menos uma equipe do que uma reunião saudosista de ex-funcionários-amigos.

Da Sucursal de Brasília

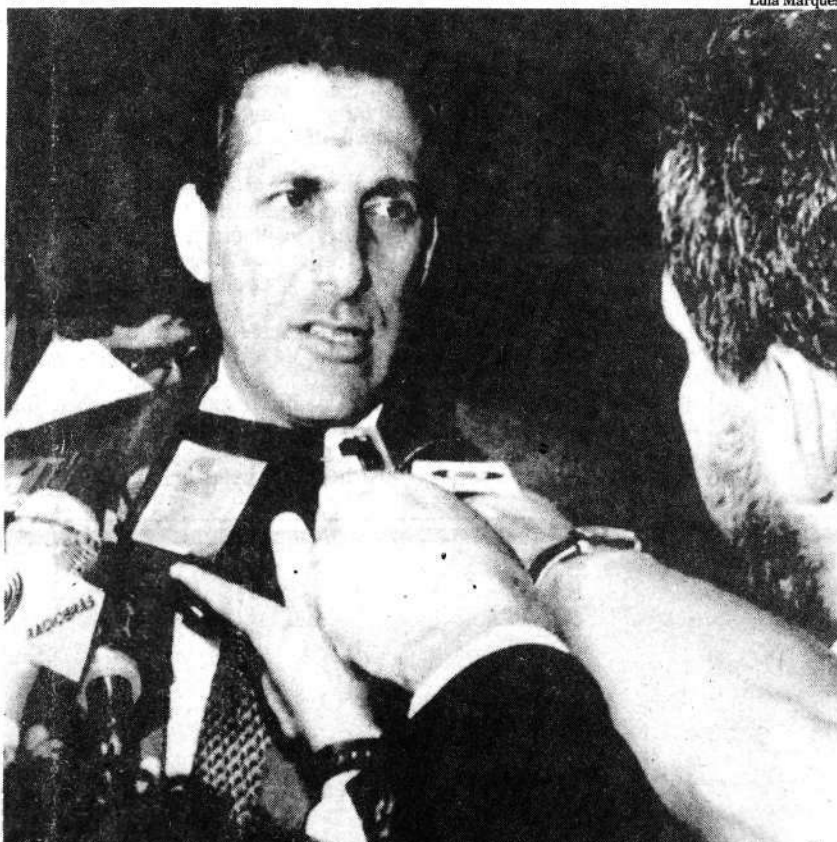
O governador de São Paulo, Orestes Quércio, conversou ontem durante quase uma hora e meia com o presidente José Sarney sobre sucessão presidencial e nomes de possíveis candidatos e, na saída do encontro, disse que o candidato do PMDB deve defender o governo, no palanque. "O candidato deve defender as bandeiras do PMDB e todas as responsabilidades do PMDB, inclusive de governo, porque o PMDB é governo", disse Quércio. Para o governador, o candidato do partido "deve ter o apoio" do presidente.

Quércio entrou e saiu da longa conversa com o presidente, no Palácio da Alvorada, afirmando que "a tendência do Congresso (constituinte) é de aprovar os quatro anos" de mandato para Sarney. As 18h, no aeroporto de Brasília, antes da reunião, ele havia dito que o "Congresso (constituinte) deve seguir a tendência da opinião pública" e que esta tendência é pelos quatro anos. O presidente Sarney inaugura hoje em Ibiúna (70 km a oeste de São Paulo) uma estação de captação de águas do sistema de Itaipu/Furnas.

Depois da reunião, no Palácio da Alvorada, Quércio disse que a posição do presidente é a de seguir, nesta questão, o que for decidido pelo Congresso constituinte. Quércio disse que discutiu nomes dos candidatos do PMDB à sucessão presidencial e defendeu uma convenção do partido para definir esta questão assim que terminarem os trabalhos constituintes. Negou-se a comentar, porém, quais nomes teriam sua preferência como candidato do partido. "Conversamos sobre todos os nomes, menos o meu", disse Quércio. Ele acredita que o candidato peemedebista terá o apoio do presidente Sarney.

Ele voltou a negar que seja candidato, mas mudou o tom das declarações em relação ao governo Sarney. A forma como se referiu à sua eventual candidatura continuou ambígua. "Vejo que as pesquisas indicam meu nome, mas não posso ser candidato. Não que eu não goste, mas eu não posso (sic)". Deixou sem resposta uma pergunta sobre se seria candidato em 1989.

Quércio chegou a Brasília às 17h50, acompanhado pelo secretário da Fazenda, José Machado de Campos Filho. O secretário de Programas de Governo, Alberto Goldman, já estava em Brasília aguardando-o. A conver-



Orestes Quércio dá entrevista após encontro com Sarney no Palácio da Alvorada

sa com Sarney começou por volta de 18h20 e terminou às 19h40. Depois, Quércio conversou com o presidente do PMDB e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, na casa do ministro Renato Archer.

Quércio e Sarney conversaram também sobre as mudanças no ministério. O governador disse ter sido consultado previamente pelo presidente sobre a confirmação de Mailson da Nóbrega para o Ministério da Fazenda. "É uma boa idéia, Mailson é de confiança dele. Disseram que eu teria algo contra, mas esta informação não é verdadeira", disse.

Outra questão: a permanência do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, no seu cargo, confirmada só ontem à tarde, depois de já ter apresentado seu pedido de demissão, no dia anterior. Quércio negou que a permanência de Milliet tenha sido uma compensação que teria obtido de Sarney para a saída do paulista Bresser.

Quércio saiu do Palácio da Alvorada, depois de uma entrevista no portão, às 20h51. Foi direto para a

casa de Archer, onde Ulysses já o aguardava. Repetiu que considera o presidente do PMDB o "candidato natural" do partido à Presidência. Quércio ficou na casa de Archer até aproximadamente 22h, de onde saiu de volta para São Paulo. O deputado Ulysses Guimarães disse que Quércio tem importância capital na aceleração dos trabalhos constituintes. Ulysses esteve reunido com o governador durante mais de duas horas.

O governador de São Paulo falou ainda sobre o interesse dos próprios deputados em acelerar o término da redação da nova Carta. "Eles estiveram conversando com as bases durante o recesso e voltaram pressionados. O atraso está prejudicando o país", disse.

Pela manhã, em Bertioga (litoral do Estado, a 102 km a sudeste de São Paulo), durante inauguração do Terminal Turístico da cidade, Quércio refutou a tese do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, que defendeu eleições gerais caso a sucessão presidencial ocorra neste ano.

Na reunião de abril, críticas ao governador

Da Redação

Na véspera de completar um mês à frente do governo de São Paulo, em 14 de abril último, Orestes Quércio cancelou sua agenda e seguiu às pressas para Brasília, "sem pauta", atendendo a convocação do presidente Sarney. Entre as 20h20 e as 22h30, em jantar no Alvorada, ouviu duras críticas sobre sua atuação no episódio da reunião ocorrida em 8 de abril, em São Paulo, ao fim da qual os quatro participantes (Quércio, Moreira, o mineiro Newton Cardoso e o coadjuvante Marcelo Miranda, do Mato Grosso) condicionaram o apoio a Sarney (e ao mandato pretendido então, de seis anos) ao desempenho do governo na área econômica, exigindo reforma ministerial urgente a partir da substituição do ministro da Fazenda e a definição de um novo programa econômico.

O pronunciamento pegou o Planalto de surpresa. Segundo o "script" de reunião costurado por telefone entre o presidente e os governadores e fechado em uma discreta visita de Quércio a Brasília, no dia 7, os quatro declarariam apoio ao mandato de seis anos e criticariam apenas moderadamente o ministro Dilson Funaro — cuja operação de "tritura" já ia adiantada, no Planalto, mas que contava ainda com o apoio formal do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Os governadores criaram um problema delicado: Funaro, que estava em Washington negociando a dívida, garantiu um mínimo de sobrevida na Fazenda dizendo a Sarney que as notícias sobre a reunião haviam prejudicado as conversações.

De volta a São Paulo, Quércio negou que tivesse tratado de reforma ministerial com Sarney, afirmando que a conversa se limitara a "assuntos sobre a segurança de São Paulo". No dia seguinte, irritado com a informação publicada pela Folha sobre as críticas ouvidas do presidente, anunciou que ingressaria com um "pedido de explicação" (mecanismo jurídico através do qual aquele que se considera atacado pode solicitar esclarecimentos) contra o jornal. A Folha sustentou integralmente a veracidade das informações publicadas.

Presidente deve mudar ministério este mês

JOSIAS DE SOUZA
Secretário de Redação da Sucursal Brasília

O presidente José Sarney, 57, está decidido a promover uma nova reforma ministerial. Em conversa com assessores, estabeleceu inclusive um prazo limite para o início da mudança na equipe: 15 dias. Ainda não definiu claramente quem deve sair ou entrar no governo. Apenas um nome consta da lista de ministros "substituíveis": Anibal Teixeira, do Planejamento. Para o seu lugar, Sarney transferiria Ronaldo Costa Couto, atual chefe do Gabinete Civil.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, cotado para o lugar de Costa Couto caso Sarney opte pela transferência do chefe do Gabinete Civil para a Seplan, deu ontem à Folha uma pista sobre as mudanças que devem ocorrer no ministério: "O presidente quer fazer o governo dele. Os que estiverem com ele participarão do seu governo e os que não estiverem sairão".

Sua declaração embute um raciocínio que circula com desenvoltura no Planalto: ainda haveria tempo para a formação de uma base mínima de sustentação parlamentar para o presidente, via compensações no ministério. Seriam contemplados parlamentares do Centrão (grupo suprapartidário) que possuem posições políticas próximas às do presidente.

A idéia de Sarney de mudar o ministério ainda em janeiro, leva em conta pelo menos um fato: as articulações patrocinadas pelo deputado Ulysses Guimarães, para antecipar a votação do mandato presidencial e do sistema de governo no plenário do Congresso constituinte. Se tramitassem normalmente, esses dois assuntos só seriam votados no final dos trabalhos do Congresso constituinte,



O ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, assumiu a pasta em março de 87

no título das "Disposições Transitórias".

A saída de Anibal é apresentada pelas pessoas que compõem o círculo íntimo de Sarney como "inevitável". Pelas atuais regras eleitorais, o ministro teria mesmo de sair até o dia 15 de julho, para disputar a

Prefeitura de Belo Horizonte, um plano pessoal. Sarney não recusaria seu pedido de afastamento antes desse dia. De resto, Anibal não possui base de sustentação parlamentar, uma necessidade de Sarney.

Embora o presidente não tenha ainda fixado o nome de Costa Couto como substituto de Anibal, a troca é

Quem é Anibal Teixeira

Do Banco de Dados

Mineiro de Belo Horizonte, Anibal Teixeira de Souza, 54, ocupou a chefia da Secretaria Especial de Ação Comunitária do Palácio do Planalto até março de 1987, quando foi nomeado ministro do Planejamento, em substituição a João Sayad.

Advogado, Anibal elegeu-se duas vezes deputado estadual em Minas: em 1962, pelo extinto Partido de Representação Popular (PRP); e em 1966, pelo então MDB. Três anos depois seu mandato foi cassado por ter defendido a prerrogativa do ex-presidente Juscelino Kubitschek de atuar politicamente.

Em novembro de 1982 foi eleito deputado federal pelo PMDB-MG, e tomou posse em fevereiro de 1983. Renunciou no meio do mandato de quatro anos ao ser nomeado secretário de Ação Comunitária do governo Sarney. Ao assumir a Seplan, a pasta foi sensivelmente esvaziada, perdendo para a Fazenda três de seus principais órgãos: a Secretaria de Controle das Estatais (Sest), a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e a Secretaria de Cooperação Técnica e Econômica Internacional (Subin).

apresentada como uma "hipótese de trabalho" do presidente. Além de Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, seria uma opção de Sarney para o Gabinete Civil. Ambos negam a possibilidade. "Não sei disso", resume Antônio Carlos.

Prisco contesta declarações dadas à imprensa em São Luís

Da Redação

Em declaração escrita enviada à Folha, o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, 54, contestou os termos da reportagem "Prisco diz que eleição-88 é 'saída para impasse'", publicada na edição de anteontem, na pág. A-5. O ministro afirma que o repórter Marcelo Xavier de Mendonça, enviado especial a São Luís (MA) e autor da reportagem — "que não identifiquei entre outros repórteres com os quais conversei" —, "entendeu mal o comentário que fiz em torno da fixação do mandato do presidente José Sarney" e que a frase que dá título à notícia "não é minha".

Na reportagem citada, a Folha publicou a declaração de Prisco, segundo a qual "é evidente, no instante em que há um desconforto popular e muitos problemas que não se consegue resolver, que a eleição surja como uma solução". Na sua contestação, o ministro afirma que "o que comentei foi que, aproveitando-se do desconforto que a situação econômica causa em todos, algumas lideranças políticas estão tentando formar uma opinião entre o povo de que a eleição presidencial em 1988 é a

solução para os nossos problemas e, desse modo, exercer pressão sobre a Constituinte".

O repórter não esteve presente de fato na entrevista concedida pelo ministro, na segunda-feira, no Aeroporto de São Luís, mas teve acesso às suas declarações através de uma gravação, junto à Secretaria de Comunicação Social do Estado do Maranhão. Na fita, Prisco, em resposta a uma pergunta sobre a "tendência popular pelos quatro anos", afirma: "Essa tendência você tem várias formas de identificá-las. É evidente que no instante em que há desconforto popular e que há muitos problemas que não se conseguiu resolver, enfim, que a eleição surja como uma solução, a eleição surja como uma forma de saída para esse impasse. O presidente deixou muito claro de que sendo a vontade do povo, sendo decisão da Assembléia Nacional Constituinte realizar eleições em 88, ele não será o último a chegar ao processo eleitoral, pelo contrário, será o primeiro a prestigiar-lo, para presidi-lo, ser o magistrado, independente de preferências partidárias ou de candidaturas, para servir apenas ao processo da transição democrática."

Encontro de "históricos" em Brasília define pauta do dia 9

Da Sucursal de Brasília

Os últimos acertos da pauta da reunião dos "históricos" do PMDB, no dia 9, começaram a ser feitos ontem em Brasília. Os senadores Mário Covas (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), José Richa (PR) e os deputados José Serra (SP) e Pimenta da Veiga (MG), encontraram-se ontem no final da tarde com o ex-governador de São Paulo Franco Montoro, na suite do Hotel Nacional onde ele se hospedou. Alguns temas

já estão "fechados": quatro anos de mandato para o presidente Sarney, eleições presidenciais em novembro deste ano e "Constituição-já".

Montoro pretende ainda mobilizar os parlamentaristas do PMDB numa campanha nacional para fortalecer este sistema de governo. Ele nega que a tese de parlamentarismo tenha saído enfraquecida no Congresso constituinte a partir da aprovação do mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Covas convoca discussão do mandato e sistema

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), marcou para a próxima quarta-feira, às 9h30, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, uma reunião da bancada do partido para discutir a proposta de antecipação da votação do sistema de governo e do mandato do presidente José Sarney pelo plenário do Congresso.

Covas reuniu os vice-líderes do partido ontem de manhã para iniciar

a discussão. Segundo ele, a antecipação da votação do sistema de governo e do mandato de Sarney vai resolver dois pontos que são "fatores de fermentação" no Congresso. Caso haja acordo de líderes — o regimento do Congresso constituinte não permite a inversão da pauta — e a proposta venha a ser discutida em primeiro lugar, Covas admite que estará aberta "a temporada eleitoral deste ano". Para ele, a ratificação pelo plenário, em primeiro turno, dos quatro anos tornará o início do processo eleitoral irreversível.

O deputado Gastone Righi (PTB-SP), um dos líderes do Centrão, disse que a proposta é uma manobra da esquerda para desagregar o grupo a que pertence. Para Gastone, o Centrão corre o risco de desaparecer caso seja feito o acordo de líderes para a votação, em primeiro lugar, do sistema de governo e do mandato de Sarney. "São dois pontos que dividem o Centrão. Ao término da votação, as sequelas serão tão grandes que não haverá mais unidade possível. A esquerda poderá deitar e rolar", disse.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), outro líder do Centrão, defende a inversão da pauta apenas para a discussão do sistema de governo. O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (SP), acha "a idéia interessante", mas difícil de ser concretizada. Segundo ele, um acordo de todos os líderes "é quase impossível". O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) disse que seu partido poderá apoiar a inversão, se concluir que isso poderá trazer prejuízos ao Centrão.